

LEI Nº 1.147, DE 12 DE DEZEMBRO DE 1972.

(Revogada pela Lei nº 3.504/2018)

**~~ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA
DO MUNICÍPIO DE ALEGRE PARA O
EXERCÍCIO DE 1973.~~**

~~O PREFEITO MUNICIPAL DE ALEGRE:~~ Faço saber que a Câmara Municipal de Alegre decretou e eu sanciono a seguinte lei:

~~Art. 1º~~ – O Orçamento Geral do Município de Alegre, para o exercício financeiro de 1973, discriminados pelos anexos integrantes desta lei, estima a Receita e fixa a Despesa em Cr\$ 1.400.000,00 (um milhão e quatrocentos mil cruzeiros).

~~Art. 2º~~ – A Receita será realizada mediante arrecadação das rubricas na forma da legislação em vigor e das especificações constantes do Anexo 2 e de acordo com os seguintes desdobramentos:

		Cr\$	Cr\$
I	RECEITAS CORRENTES		1.017.000,00
1.1	Receita Tributária	179.500,00	
1.2	Receita Patrimonial	3.200,00	
1.3	Receita Industrial	3.000,00	
1.4	Transferências Correntes	699.000,00	
1.5	Receitas Diversas	132.300,00	
II	RECEITAS DE CAPITAL		383.000,00
2.1	Receita Tributária prevista na Constituição Federal	357.000,00	
2.2	Operação de crédito	24.000,00	
2.3	Alienação de bens móveis e imóveis	500,00	
2.5	Transferências de Capital	1.500,00	
	TOTAL GERAL DA RECEITA	1.400.000,00	1.400.000,00

~~Art. 3º~~ – A Despesa será realizada na forma especificada no Anexo 2, conforme discriminação o seguinte desdobramento:

		Cr\$
0	<u>Governo e Administração Geral</u>	158.000,00
1	<u>Administração Financeira</u>	80.600,00
2	<u>Despesa e Segurança</u>	273.500,00
3	<u>Recursos Naturais e Agropecuários</u>	6.400,00
4	<u>Viação, Transporte e Comunicação</u>	222.800,00
5	<u>Indústria e Comércio</u>	17.700,00
6	<u>Educação e Cultura</u>	415.000,00
7	<u>Saúde</u>	65.000,00
8	<u>Bem-Estar Social</u>	161.000,00
9	<u>Serviços Urbanos</u>	273.100,00
	TOTAL DA DESPESA	1.400.000,00

~~Art. 4º~~ – Fica o Poder Executivo autorizado a:

a) efetuar operações de crédito por antecipação de receita, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) da receita estimada;

~~b) proceder à abertura de créditos suplementares até o limite de 50% (cinquenta por cento) do orçamento de despesa, nos termos do Art. 7º da Lei nº 4.320, de 17/03/64, podendo, para isto, anular, total ou parcialmente, dotações orçamentárias, na forma prevista no item III, do parágrafo 1º do art. 43, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.~~

~~**Art. 5º** - Esta lei entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 1973, revogadas as disposições em contrário.~~

~~Alegre, 12 de dezembro de 1972.~~

~~**PAULO BARROS**
Prefeito Municipal~~

Este texto não substitui o original publicado e arquivado na Câmara Municipal de Alegre.